

TCU - Decisão 142/2002 - Plenário

Ementa

Consulta formulada por Comissão Parlamentar da Câmara dos Deputados. Esclarecimento quanto à interpretação da Lei nº 6.550/78 e do Decreto nº 84.409/80, que a regulamentou, no que concerne à definição da função de monitor de ensino, visando o cômputo do tempo do serviço para fins de aposentadoria especial de professor. Conhecimento. Resposta aos consulentes.

12. Não há que se confundir, entretanto, aluno monitor com monitor de ensino. Trata-se este de profissional, geralmente conhecido como 'professor leigo', detentor de razoáveis conhecimentos técnicos, que a União, em outras épocas, contratou para efetivamente exercer a atividade de ensino em sala de aula, mediante autorização precária para lecionar, especialmente nas localidades onde não existiam professores legalmente habilitados. Ou seja, não se trata de aluno bolsista, mas de funcionário celetista contratado com o fim específico de lecionar, suprimindo assim uma carência de professores legalmente habilitados.